Tribunal de Justiça
do Estado da Bahia

Termo de Declaração de Inexigibilidade de Licitação nº 07/2024

Declaração de Inexigibilidade de Licitação nº 07/2024-DI

Processo Administrativo nº TJ-CON-2024/00095

Contratante: **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA,** órgão do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.100.722/0001-6 e com sede e foro nesta cidade do Salvador, Estado da Bahia, na Quinta Avenida, nº 560, Centro Administrativo da Bahia – CAB.

Contratado: MARCELO ORNELLAS MARCHIORI, Pessoa Física, inscrito no CPF n° 722.246.221-04 e com endereço na SHA CJ 04 CH 09 LT 01-B, Taguatinga/DF, CEP 71.993-210.

Objeto: ministrar o Curso **"Por que e como atuar com os precedentes judiciais no Brasil? Uma análise crítica e propositiva sobre o sistema brasileiro de precedentes"**, na modalidade de ensino a distância (EaD), nos dias 11, 12, 18, 25 e 26 de março do corrente ano, das 08:30h às 12:30h, para até 30 (trinta) discentes, com carga total de 20 (vinte) horas/aula, conforme proposta apresentada nos autos.

Valor: R$ 7.645,00 (sete mil, seiscentos e quarenta e cinco reais).

Datas de Execuções: 11, 12, 18, 25 e 26 de março de 2024.

Base Legal: Art. 72 e 74, III, f, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária 04.601, Unidade Gestora 0010- UNICORP, Projeto 5438, Elementos de Despesa 3.3.90.36 / 3.3.90.47, Subelementos 36.007 / 47.001, Fonte 120, conforme rubrica orçamentária à fl. 137, do Processo n° TJ-CON-20234/00095.

Gabinete da Presidência, em 07 de março de 2024.

Desembargadora CYNTHIA MARIA PINA RESENDE
Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia

.....

CONSULTORIA JURÍDICA
05/03/24
VISTO

UNICORP - UNIVERSIDADE CORPORATIVA

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 07/2024 - DI
Partes: O ESTADO DA BAHIA, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA e MARCELO ORNELLAS MARCHIORI, inscrito no CPF de n. 722.246.221-04. Objeto: Ministrar o Curso "Por que e como atuar com os precedentes judiciais no Brasil? Uma análise crítica e propositiva sobre o sistema brasileiro de precedentes", na modalidade de ensino EaD nos dias 11, 12, 18, 25 e 26/03/2024, para até 30 discentes, com carga horária de 20 h/a. Valor total: R$ 7.645,00 (sete mil, seiscentos e quarenta e cinco reais), que será atendida mediante recurso da Unidade Orçamentária 04.601, Unidade Gestora 0010 - UNICORP, Projeto 5438, Elementos de Despesa 3.3.90.36/3.3.90.47, Subelementos 36.007/47.001, Fonte 120, consoante PA. N. TJ-CON-2023/00095. Data de Assinatura: 07/03/2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

4ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em conformidade com o disposto nos artigos 15, II, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996, 8º, I, b, e 32, parágrafo único, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, instituído pela Resolução nº 248, de 11 de dezembro de 2018, do mesmo colegiado, CONVOCA sessão ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, a ser realizada no próximo dia 19 de março de 2024, terça-feira, às 14:00 horas, na Sala das Sessões – Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº. 750 – Centro Administrativo da Bahia – CAB, nesta Capital, e, simultaneamente, em ambiente virtual da plataforma Microsoft Teams, facultada a participação de membros do Conselho Superior, bem como das partes, interessados e seus advogados, por meio de videoconferência, em conformidade com a Resolução nº 23, de 20 de abril de 2022, do Conselho Superior do Ministério Público da Bahia, para apreciação dos seguintes itens de pauta:

1. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA SIGA Nº 6644/2020 (SIMP Nº 003.0.12200/2020)
ORIGEM: Conselho Superior do Ministério Público - Secretaria
ASSUNTO: Comunicação de prorrogação de prazo de depósito de tese de Mestrado
INTERESSADO(A)(S): Promotora de Justiça Ana Emanuela Cordeiro Rossi Meira
RELATOR(A): 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

2. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA SIGA Nº 13992/2021 (SIMP 003.0.132854/2016)
ORIGEM: Conselho Superior do Ministério Público
ASSUNTO: Curso/Treinamento Promovido por outra Instituição
INTERESSADO(A)(S): Promotor de Justiça Bruno Gontijo Araujo Teixeira
RELATORIA: 4ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

3. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA SEI Nº19.09.40510.0005360/2024-26
ORIGEM: Conselho Superior do Ministério Público
ASSUNTO: Indicação do Tribunal de Justiça para a suplência da Comissão do Concurso de Promotor de Justiça 2022.

4. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE TAC Nº 085.9.34728/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Conceição do Almeida
ASSUNTO: Direito Ambiental > Gestão Ambiental
INTERESSADO(A)(S): Município de Conceição do Almeida; Paulo Augusto Conceição
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

5. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.54475/2019
ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Educação - 5º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Otávio Leme; Governo do Estado da Bahia; Associação Cultural e Esportiva da Comunidade de Canabrava
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

6. INQUÉRITO CIVIL Nº 167.0.103197/2015
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João
ASSUNTO: Direito Ambiental > Reserva Legal
INTERESSADO(A)(S): Caio Caldas Teixeira
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade

7. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.153524/2020
ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso
ASSUNTO: Direito Ambiental > Dano Ambiental
- Direito Ambiental > Mineração
- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Garantias Constitucionais > Minorias Étnicas > Populações Tradicionais
INTERESSADO(A)(S): Associação Comunitária de Testa Branca; Teones Almeida Suzano; Keliane Vieira dos Santos
RELATORIA: 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade